

O que faz a economia funcionar?<sup>a</sup>*What makes the economy functional?*Ladislau Dowbor<sup>b</sup>

## RESUMO

Tanto os avanços da sociedade nos anos 2003 a 2013, período que o Banco Mundial qualificou de *Golden Decade* da nossa economia, como o desastre que se seguiu, intrigam pelo contraste. A leitura dos promotores do golpe, de que as políticas sociais e econômicas de inclusão geraram a crise, constitui um engodo ideológico, narrativa da boa dona de casa que deve gastar apenas o que tem, e que foi martelada incessantemente na mídia dominante. Aqui se trata de mostrar os mecanismos. E não são misteriosos. O presente artigo mostra como funciona o ciclo virtuoso em que a demanda de massa dinamiza a atividade empresarial e o emprego, sendo que ambos geram receitas para o Estado, equilibrando o processo. E mostra como juros exorbitantes endividaram as famílias, as empresas e o Estado, desequilibrando o conjunto. Finalmente, veremos a deformação do sistema tributário e da fiscalidade em geral, que explica como o marasmo se perpetua. Numa economia em que fazer aplicações financeiras rende mais do que o investimento em bens e serviços, o resultado é justamente o capital improdutivo e o travamento do conjunto.

**Palavras-Chave:** Ciclo econômico, Financeirização, Juros, Política fiscal.

**JEL:** G3.

## ABSTRACT

Brazil presented impressive progress during the 2003/2013 years, which the World Bank called the Brazilian Golden Decade. The brutal recession that hit Brazil since 2014 has left many analysts perplexed by the contrast. The promoters of the Coup created a powerful narrative according to which including the poor over-extended the budget and created the drama. A popular fable was created, that government should behave like the good house-wife, who spends only what she has. The mainstream media hammered this long enough for it to become widespread. In fact, mass consumption fuels business activity, which stimulates employment, and the corresponding taxes cover public expenditure. Inclusion works. The reverse mechanism consisted in abrupt financialization of the economy, with scandalous interest rates (485% on credit card, for example), which drastically reduced demand, in turn reducing business activity, and generating a public deficit, reversing the whole process of accumulation. Finally, we will see how the tax system contributes to the overall deformation. In an economy where it pays much more to invest in finance than in the production of goods and services, the result in unproductive capital and recession.

**Keywords:** Economic cycle, Financialization, Interest rates, Fiscal policy.

<sup>a</sup>O presente artigo faz parte de um conjunto de pesquisas sobre os impactos do sistema financeiro sobre as dinâmicas econômicas, publicadas em parte em diversos órgãos e em particular disponíveis no *site* dowbor.org em regime *Creative Commons*. Dados foram atualizados em dezembro de 2017.

<sup>b</sup>Professor Titular de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: ladislau@dowbor.org.

## 1. Introdução

Foi e continua sendo chocante para muitos a abrupta recessão que travou o desenvolvimento equilibrado que o país conseguiu durante o que o Banco Mundial, na sua análise do Brasil, qualificou de *Golden Decade*, a década dourada do país, nos anos 2003 a 2013. Os avanços nesse período foram impressionantes, e amplamente estudados e divulgados, em particular no recente estudo de Campello e Gentili (2017). Dezenas de milhões de pessoas saíram da pobreza, foi duplicada a população universitária, o desemprego baixou para 4,3% da população ativa, e isto sustentado durante um período suficientemente longo para se constituir em caminho, não ilusão. As contas durante todo esse período foram equilibradas, conforme mostram os dados do Banco Central, coisa que inclusive veremos mais abaixo.

O sucesso não se deve a alguma inovação milagrosa. Em economia, em que pesem amplos debates conforme os interesses, sabe-se bem o que funciona para o desenvolvimento, para o progresso social e econômico. Na grande crise mundial de 1929, o Presidente Roosevelt, a partir de 1933, criou uma política integrada de dinamização econômica e social que ficou conhecida como *New Deal*, o novo pacto social. As grandes fortunas improdutivas foram taxadas com alíquotas que chegaram a 90%, e invertendo as preocupações com a inflação, o governo abriu a caixa de dinheiro para lançar, em todo o território americano, inúmeros programas de distribuição de renda e de investimentos públicos. Não houve um município que não tivesse tido acesso a financiamentos para construir ou reformar escolas e outras infraestruturas.

O livro clássico *Roosevelt e Hopkins* (SHERWOOD, 1998) descreve em detalhe o conjunto dessas políticas econômicas e sociais. O que nos interessa aqui é que quando o país entrou em crise, em vez de apertar ainda mais o cinto da população, o governo gerou um amplo fluxo de renda e atividades econômicas que ampliaram a capacidade de consumo da população. A ampliação do consumo se transformou naturalmente em demanda ampliada de bens junto às empresas, que viram os seus estoques acumulados pela crise minguar, levando à retomada da produção. O fluxo produtivo reencontrado gerou, por sua vez, a retomada do emprego, o que ampliou ainda mais o consumo, levando ao que convencionou de chamar de círculo virtuoso, um avanço estimulando o outro.

O que aconteceu em termos de contas públicas nos interessa em particular, pois o fluxo de recursos distribuídos para a base da população não gerou inflação: as empresas estavam abarrotadas de estoques não vendidos, e apenas se restabeleceu gradualmente o equilíbrio entre a oferta e o consumo, ao aumentar este último. Por outro lado, não se gerou ruptura em termos de orçamento, pois o aumento do consumo da base popular gerou receitas através dos impostos sobre o consumo, enquanto os impostos sobre as empresas que voltaram a produzir geraram impostos sobre a produção. O aumento conjugado de receitas permitiu equilibrar as contas públicas, e ir ampliando o programa. É o desenvolvimento inclusivo, baseado na satisfação das necessidades das famílias.

O processo não foi fácil, e a mídia americana denunciava diariamente o que chamava de “os varredores de folhas do presidente Roosevelt”, e em 1938 inclusive a direita e os grandes grupos corporativos tentaram um golpe de estado militar, que não teve sucesso pela denúncia de um coronel chamado a participar. O que é bom para o país não é necessariamente satisfatório para todos. Mas o fato é que o mecanismo básico do *New Deal* é o que funciona em economia. Aliás, é o que funciona em qualquer economia.

É muito interessante acompanhar o outro grande experimento em inovação de política social e econômica que foi a reconstrução da Europa no pós-guerra. Com infraestruturas destruídas e a produção em frangalhos, e os cofres públicos vazios apesar da ajuda no quadro do Plano Marshall, não se buscou austeridade, e sim um processo equilibrado de aumento da produtividade pelos investimentos com crédito barato, e de aumento correspondente de salários à medida que a capacidade produtiva ia sendo recuperada. Paralelamente, o setor público assegurou o acesso universal gratuito à educação, saúde, cultura e semelhantes, o conjunto das chamadas políticas sociais. Com salário para dinamizar o consumo nas lojas, e acesso gratuito às políticas sociais, o processo ficou equilibrado para as famílias, e inclusive em termos das contas públicas pela manutenção de uma carga tributária elevada. O que nos Estados Unidos se chamou de *New Deal*, na Europa se chamaria de *Welfare State*, Estado de bem-estar. E funcionou bem até os anos 1980, quando os sistemas financeiros passaram a

ditar as regras.

É importante notar que poder assegurar as políticas sociais públicas, gratuitas e universais pôde ser realizado sem gerar déficit significativo, pelo forte aumento de produtividade dos recursos geridos pelo Estado. Os impostos foram e são elevados na Europa, mas o que a população paga em impostos a mesma economiza ao não gastar com as políticas sociais, o consumo coletivo. De certa forma, é uma distribuição *in natura*, um salário indireto. Para dar um exemplo, os salários no Canadá podem ser inferiores aos dos Estados Unidos, mas o canadense tem acesso aos bens universais gratuitos de consumo coletivo, o que mais que compensa. A diferença é que a saúde privatizada dos Estados Unidos, baseada na dimensão curativa e no pagamento do médico “*out of pocket*”, como chamam, com o dinheiro do bolso, é incomparavelmente menos eficiente do que o sistema público universal do Canadá, baseado em amplo sistema preventivo. O resultado é que o Canadá gasta anualmente cerca de \$3.400 dólares por pessoa em saúde, enquanto o americano gasta cerca de \$7.400 dólares para um nível de saúde muito inferior (OMS, 2017). As economias proporcionadas pelo sistema público de políticas sociais permitem assegurar os serviços sem quebrar a capacidade de compra da população e sem gerar déficit público. Políticas sociais públicas e universais são simplesmente mais produtivas, e a produtividade maior compensa o que o Estado investiu. Curiosamente, este investimento na população e nas famílias, no Brasil é chamado de ‘gasto’.

Esta nota inicial sobre literalmente ‘o que funciona’ ajuda a entender como, por exemplo, a Coreia do Sul conseguiu em poucas décadas generalizar a prosperidade com uma política muito forte de redução das desigualdades. Aqui não houve nada do tipo ‘aumentar o bolo para depois distribuir’. É a distribuição que gera demanda, e se há paralelamente um sistema simples e barato de acesso ao crédito e ao apoio tecnológico, empresas surgirão rapidamente para lucrar com o mercado em expansão. E tanto o imposto sobre o consumo como sobre a produção permitirão equilibrar as contas do Estado. O essencial é entender que não é privando a população do mínimo, reduzindo a sua capacidade de consumo para favorecer os ricos, esperando que invistam, que se encontra o caminho. Inclusive porque se não há mercado, os produtores não irão investir. Aplicarão os recursos em produtos financeiros, que obviamente rendem, mas não produzem.

Se o caminho já era claro para muitos países, e os resultados aí estão para ser constatados, hoje o caminho é mais claro ainda, por uma razão bastante simples: nas últimas décadas, realizar aplicações financeiras tornou-se mais rentável, para os bancos e os rentistas, do que investir na produção. Dois dados bastam: a rentabilidade das aplicações financeiras no mundo é da ordem de 7% ao ano, enquanto a evolução da nossa capacidade de produzir bens e serviços, medida pelo PIB mundial, é da ordem de 2 a 2,5% ao ano (DOWBOR, 2017). Ou seja, rende mais comprar papéis que rendem, do que investir. E o dinheiro – não o nosso dinheiro popular que serve para comprar o necessário esperando poder fechar o mês – mas o DINHEIRO, a grande riqueza, não busca investir na produção que rende pouco, e se orienta para as mais variadas aplicações que os bancos gostam de chamar de produtos financeiros, apesar de constituírem nenhum produto: são apenas sinais no computador.

Hoje, enriquecer os ricos não gera produção, empregos e receita para o Estado, e sim aplicações financeiras, endividamento da população, das empresas e do setor público. Quando as fortunas se tornam imensas, os gestores e proprietários recorrem à evasão fiscal e, inclusive, aos paraísos fiscais. Em geral, são suficientemente poderosos para fazê-lo impunemente.

Tem-se de voltar ao que funciona: colocar no centro das nossas políticas o bem-estar das famílias, tanto em termos de salários decentes como de políticas sociais dignas. Essa política de bom senso foi aplicada durante a ‘década dourada’, mas foi brutalmente interrompida. Como foi inventada uma farsa explicativa baseada no conto da boa dona de casa que gasta o que tem, tem-se de contar a história como realmente aconteceu. Não é preciso alta matemática para entender, apenas bom senso, e levando em conta o que viu-se acima, que o que funciona é o que assegura o resultado final, o bem-estar das famílias.

Não cabe aqui o elenco dos avanços que se conhece o país antes do ‘golpe’. Apenas para lembrança, o relatório Faces da desigualdade no Brasil aponta que “entre 2002 e 2015 foram 12 milhões de famílias negras cujos pais e mães passaram a ter Ensino Fundamental completo, 22 milhões de lares a ter acesso a água de qualidade, 24 milhões de domicílios a possuir geladeira. Não tinham e passaram a ter.” (CAMPELLO e GENTILI, 2017, p. 13). O Brasil tem cerca de 3,1 pessoas

por domicílio: estamos falando de um gigantesco avanço na base da nação.

A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. No caso brasileiro, a partir de 2014, estes quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel essencial neste travamento. Entender este processo nos permite entender as principais engrenagens da própria economia.

## 2. O comércio externo

No Brasil, as exportações não constituem nem de longe o principal motor. Os cerca de 200 bilhões de dólares de exportações, equivalentes a cerca 600 bilhões de reais, representam pouco mais de 10% do PIB. É significativo, em particular porque permite importar bens e serviços importantes para a economia, mas nada decisivo. Não somos de modo algum uma economia como alguns países asiáticos onde o motor do comércio externo é essencial. Com uma população de 207 milhões habitantes, e um PIB de 6,3 trilhões de reais, a economia brasileira é, antes de tudo, uma economia vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver (IBGE, 2010).

Ainda assim, é suficientemente importante para contribuir ao travamento. Os preços das *commodities* (*Commodity Price Index*), por exemplo, caíram 21,14% nos 12 meses de abril 2015 a abril 2016, e as nossas exportações dependem muito destes produtos. Aqui, não há muito o que fazer, pois se trata da evolução do mercado mundial. Inclusive, as atividades para a exportação continuam firmes em termos de produção e volume, mas rendendo hoje muito menos. A monocultura de exportação, igual da mineração em grande escala, gera poucos empregos, e tem, portanto, um efeito limitado de dinamização pela demanda. Não é daí que virá a salvação da lavoura.

Ainda que se trate de bens físicos como minério de ferro ou soja, o fato é que no plano internacional as variações são diretamente ligadas às atividades financeiras modernas. Não há razões significativas em termos de volumes de produção e de consumo mundial que justifiquem as enormes variações de preços de *commodities* no mercado internacional. Os volumes de produção e consumo de petróleo, por exemplo, situam-se em torno de 95-100 milhões barris por dia, com muitas poucas alterações. Mas as movimentações diárias de trocas especulativas sobre o petróleo ultrapassam 3 bilhões de barris, cerca de 30 vezes mais. São estas movimentações especulativas que permitem entender que com um fluxo estável do produto real que é petróleo possa oscilar tanto em poucos meses (DOWBOR, 2017).

O que movimenta os preços nesse caso não é a economia chinesa, ou uma decisão da Arábia Saudita, ou, ainda, a entrada do Irã de volta ao mercado, mas sim a expectativa de ganhos especulativos dos *traders*, hoje 16 grupos que controlam o comércio mundial de *commodities*. Estes grupos, concentrados em Genebra, alimentam o chamado mercado de derivativos, que hoje é da ordem de 500 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 80 trilhões. Nesse sistema estão todos os grandes grupos financeiros mundiais, gerando imensa instabilidade tanto para os países produtores como para os países consumidores (DOWBOR, 2017).

O essencial para o raciocínio pretendido aqui é que as soluções no curto e no médio prazo, para a economia brasileira, concentram-se no mercado interno, no consumo das famílias, nas atividades empresariais e nos investimentos públicos em infraestruturas e políticas sociais. Com a instabilidade internacional gerada por um caos financeiro que não consegue definir instrumentos de regulação, as soluções para o Brasil aparecem essencialmente nas dinâmicas internas, inclusive compensando com a expansão do mercado interno a fragilidade das perspectivas internacionais. Não se trata de subestimar o impacto das nossas perdas nas exportações como fator de travamento da economia, mas sim entender que de longe a dinâmica principal está nas atividades voltadas para a demanda interna. Uma melhora nos preços das nossas exportações ajuda, mas é sobremesa: o eixo central está aqui dentro do país.

### 3. A demanda interna

Incomparavelmente mais importante é a demanda das famílias, que constitui o principal motor da economia. Trata-se também de uma dinâmica que estimula atividades fins, o arroz e o feijão na mesa. Quando a demanda interna murcha, as empresas não têm interesse em produzir. E quando a demanda está forte, haverá quem invista para responder e lucrar, dinamizando a economia.

Os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma elevaram fortemente a base popular de consumo, através do conjunto de programas de distribuição de renda, elevação do salário mínimo, inclusão produtiva e outras medidas que permitiram tirar da pobreza dezenas de milhões de pessoas, gerando uma dinâmica de forte crescimento, o que por sua vez permitiu financiar as próprias políticas sociais. É o círculo virtuoso, em que um progresso alimenta outro. A partir de 2013, no entanto, o processo entrou em crise. A realidade é que os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento.

Trata-se nada menos do que da esterilização dos recursos do país através do sistema de intermediação financeira, que drena em volumes impressionantes recursos que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico. Os números são bastante claros, e conhecidos, e basta juntá-los para entender o impacto.

Começemos pelas taxas de juros ao tomador final, pessoa física, praticadas no comércio, os chamados crediários. A Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) traz os dados de outubro de 2017. A Tabela 1 ilustra os resultados.

Tabela 1: Taxas de juros do crediário por setor (outubro de 2017)

Setores	Setembro / 2017		Outubro / 2017		Variação %	Variação p.p. ao mês
	Taxa (mês)	Taxa (ano)	Taxa (mês)	Taxa (ano)		
Gdes. redes	2,91%	41,09%	2,87%	40,43%	-1,37%	-0,04
Med. redes	5,89%	98,73%	5,84%	97,61%	-0,85%	-0,05
Peq. redes	6,82%	120,71%	6,77%	119,48%	-0,73%	-0,05
Emp. turismo	4,81%	75,72%	4,76%	74,72%	-1,04%	-0,05
Art. do lar	7,36%	134,48%	7,30%	132,91%	-0,82%	-0,06
Elet. eletron.	5,54%	90,99%	5,49%	89,90%	-0,90%	-0,05
Importados	6,19%	105,59%	6,14%	104,43%	-0,81%	-0,05
Veículos	2,09%	28,17%	2,07%	27,87%	-0,96%	-0,02
Art. ginástica	7,84%	147,38%	7,78%	145,73%	-0,77%	-0,06
Informática	5,31%	86,05%	5,25%	84,78%	-1,13%	-0,06
Celulares	5,01%	79,79%	4,94%	78,36%	-1,40%	-0,07
Decoração	7,51%	138,44%	7,45%	136,85%	-0,80%	-0,06
Média geral	5,61%	92,51%	5,56%	91,42%	-0,89%	-0,05

Fonte: ANEFAC (2017).

Antes de tudo, uma nota metodológica: os juros são quase sempre apresentados, no Brasil, como taxa mês, como na primeira coluna de dados da Tabela 1. É tecnicamente certo, mas comercialmente e eticamente errado. É uma forma de confundir os tomadores de crédito, pois ninguém consegue calcular mentalmente juros compostos. O que é usado mundialmente é o juro anual que resulta. O Banco Itaú, por exemplo, apresenta no seu site as taxas de juros apenas no formato mensal, pois ao ano apareceriam como são, extorsivos. O procedimento é simplesmente vergonhoso, um abuso de poder econômico.

A média de juros praticadas nos crediários, de 91,42%, significa simplesmente que este tipo de comércio, em vez de prestar decentemente serviços comerciais, se transformou essencialmente num banco. Aproveita o fato das pessoas não entenderem de cálculo financeiro, e de disponibilizarem de

pouco dinheiro à vista, para as extorquir. Aqui, o vendedor de ‘Artigos do Lar’, ao cobrar juros de 132,91% sobre os produtos, trava a demanda, pois esta ficará represada por 12 ou 24 meses enquanto se paga as prestações, e trava o produtor, que recebe muito pouco pelo produto. É o que tem-se qualificado de economia do pedágio. Para se dar conta do assalto a partir de 2014, já com banqueiros no poder, em junho de 2014 a média de juros nos crediários era de 72,33%, e para ‘Artigos do Lar’ eram de 104,89%. Já era extorsão, mas virou assalto.

Ironicamente, as lojas dizem que ‘facilitam’. No conjunto do processo, a metade da capacidade de compra do consumidor fica com o intermediário, que não produz nada. E como o produtor recebe pouco, a sua capacidade de investimento estanca. Como o grande comércio mantém basicamente o mesmo nível de juros nos crediários, as pessoas passam a achar que é assim mesmo, ‘normal’. E a mídia não informa. Para efeitos de comparação, uma grande rede semelhante de eletrodomésticos na Europa, Midia@markt, trabalha com juros de 13,3% (equivalentes a 1,05% ao mês) e tem belos lucros. Permite que as pessoas comprem, mas não trava o desenvolvimento (DOWBOR, 2017).

Os consumidores não se limitam a comprar pelo crediário. Usam também cartão de crédito e outras modalidades de mecanismos financeiros pouco compreendidas pela imensa maioria dos consumidores (Tabela 2).

Tabela 2: Taxa de juros brasileiras para pessoa física

Linha de crédito	Setembro / 2017		Outubro / 2017		Variação %	Variação p.p.
	Taxa (mês)	Taxa (ano)	Taxa (mês)	Taxa (ano)		
Juros comércio	5,61%	92,51%	5,56%	91,42%	-0,89%	-0,05
Cartão de crédito	12,89%	328,42%	12,84%	326,14%	-0,39%	-0,05
Cheque especial	12,33%	303,60%	12,18%	297,18%	-1,22%	-0,15
CDC - bancos - financ. de automóveis	2,09%	28,17%	2,07%	27,87%	-0,96%	-0,02
Empréstimo pessoal - bancos	4,22%	64,22%	4,28%	65,35%	1,42%	0,06
Empréstimo pessoal - financeiras	7,60%	140,85%	7,70%	143,55%	1,32%	0,10
Média geral	7,46%	137,12%	7,44%	136,59%	-0,27%	-0,02

Fonte: ANEFAC (2017).

Tomando os dados de outubro de 2017, constata-se que os intermediários financeiros cobram 326,14% no cartão de crédito, 297,18% no cheque especial, 27,87% na compra de automóveis. Os empréstimos pessoais custam, na média, 65,35% nos bancos e 143,55% nas financeiras. Está-se deixando aqui de lado a agiotagem de rua, que, aliás, hoje já não se diferencia tanto dos bancos, que praticam simplesmente a agiotagem legal.

O argumento fica claro ao comparar-se as taxas de juros brasileiras com as taxas anuais praticadas na Europa. As taxas efetivamente praticadas se situam essencialmente entre 1,5% e 3,5% ao ano, e a única linha um pouco fora da curva é a que concerne o cheque especial (*overdraft*) e rotativo (*revolving loans*), que atingem cerca de 6,5% ao ano. E os bancos europeus são lucrativos. A agiotagem atingida no país é simplesmente escandalosa, e o seu enfrentamento uma prioridade absoluta para qualquer tentativa de colocar a economia brasileira nos trilhos. Não à toa, desde 2014, debate-se na recessão sem que apareça no horizonte mais do que a perspectiva de estabilização no fundo do poço. E a apresentação de juros ao mês tem como único objetivo confundir as pessoas, pois faz os juros nacionais parecerem semelhantes com os internacionais, que são anuais. (DOWBOR, 2017).

É importante lembrar que mesmo sem entrar no crédito do cartão, tipicamente uma loja tem de pagar cerca de 5% do valor das compras à vista ao banco, além do aluguel da máquina. Estes 5% podem ser menos para grandes lojas com capacidade de negociação com o sistema financeiro, mas de

toda forma trata-se de um gigantesco imposto privado sobre o consumo, reduzindo drasticamente a capacidade de compra do consumidor, pois o comércio incorpora o custo no preço. No Canadá, por exemplo, em vez de cobrar uma porcentagem sobre o valor da compra, o banco desconta um fixo de cerca de 6 centavos de dólar por operação, pois o custo é o mesmo para um pagamento grande ou pequeno.

A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) considera que essa carteira ‘está sendo responsável por fomentar o crédito ao consumidor no país’. É uma forma positiva de apresentar o problema, mas fomenta-se o crédito, e não necessariamente o consumo. No caso da frequente entrada no crédito rotativo, as pessoas pagarão três ou quatro vezes o valor do produto. Miguel de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), resume bem a situação: “A pessoa que não consegue pagar a fatura e precisa parcelar, ou entrar no rotativo, na verdade está financiando a dívida do cartão de crédito com outro tipo de crédito. O problema é que essa dívida não tem fim. As pessoas acabam não se dando conta dos juros que terão que pagar” (DCI, B1, 20/08/2014).

Como as pessoas têm dificuldades em imaginar que o sistema tenha sido tão grosseiramente deformado, apresenta-se na Tabela 3 a tabela de juros cobrados pelo Banco Santander. O ‘Custo Efetivo Total’ do crédito rotativo no Santander, por exemplo, informado em tabela enviada aos clientes, é de 633,21%.

Tabela 3: Juros cobrados pelo Banco Santander, para o ano de 2017

Operação de crédito	Taxa de juros ao mês (%)	Taxa de juros ao ano (%)	IOF Adicional (%)	IOF (%)	Seguro Prestamista (%) (se contratado)	Tarifa (R\$)	Custo Efetivo Total ao ano (%)
Crédito Rotativo	16,99	557,33	0,38	0,1230			633,21
Compras Parceladas c/ juros	1,90	25,34	0,38	0,1230			30,07
Saque à Vista	19,99	790,71	0,38	0,1230		15,00	997,96
Parcelamento da Fatura	9,29	190,37	0,38	0,1230	3,50		324,80
SuperCrédito							
Total Parcelado	6,50	112,90	0,38	0,1230	4,50		171,85

Para os parcelamentos (Parcelamento da Fatura e Total Parcelado) o cálculo é realizado com base no plano com menor quantidade de parcelas e no valor do limite total disponível para a respectiva operação, informados na fatura; Para o Saque à Vista, se disponível, o cálculo é realizado com base no valor do limite total disponível, informado na fatura; Para Crédito Rotativo (Pagamento Parcial) o cálculo é realizado com base na diferença do valor total da fatura e o valor do Pagamento Mínimo, informados na fatura

Fonte: Mailing do Banco Santander para clientes, Brasil, 2016.

Depois de 2014, já com banqueiros no poder efetivo da área econômica, o processo se agrava radicalmente. Por exemplo, no produto ‘Santander Master’, o crédito custou ao cliente 481,96% em fevereiro de 2016. Em dezembro de 2014 este produto custava 372,62%. (*Extrato Inteligente*, publicação do Santander enviada aos clientes). Naturalmente, não espanta a cifra de 58,3 milhões de adultos no Brasil entrarem em 2017 com o nome sujo, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC, 2017). O dado revela que 39% da população brasileira adulta está registrada em listas de inadimplentes, enfrentando dificuldades para realizar compras a prazo, fazer empréstimos, financiamentos ou contrair crédito.

E com liberdade total dos bancos, conforme ressalta o relatório da ANEFAC (2017): Destacamos que as taxas de juros são livres e as mesmas são estipuladas pela própria instituição financeira, não existindo assim qualquer controle de preços ou tetos pelos valores cobrados. Lembre-se que o artigo 192º da Constituição que regulamentava o sistema financeiro nacional e estipulava um limite de 12% mais inflação para as taxas de juros foi revogado em 1999 (ZANETI, 2017).

Obviamente, com estas taxas de juros, as pessoas, ao fazer uma compra a crédito, gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido. As famílias não só se endividam muito como se endividam muito comprando pouco. A conta é evidente: em termos práticos, pagam quase o dobro, às vezes mais. Dito de outra forma, compram a metade do que o dinheiro delas poderia comprar, se fosse à vista. Isto que a compra à vista já inclui os lucros de intermediação comercial. De acordo com os dados do Banco Central, em março de 2005 a dívida das famílias equivalia a 19,3% da renda familiar. Em março de 2015, a dívida acumulada representava 46,5% da renda. Este grau de endividamento, em termos de estoque da dívida, é inferior ao de muitas economias desenvolvidas. Mas nelas se pagam juros da ordem de 2% a 5% ao ano. Com os juros aqui praticados, as famílias deixaram evidentemente de poder expandir o seu consumo, e a sua capacidade de compra foi apropriada pelos intermediários financeiros. A demanda foi travada pelos altos juros para pessoa física, e isso trava a economia no seu conjunto (BCB/DEPEC, 2015).

Não é o imposto que é o vilão, ainda que o peso dominante dos impostos indiretos só piore a situação: é o desvio da capacidade de compra para o pagamento de juros. As famílias estavam gastando muito mais, resultado do nível elevado de emprego e da elevação do poder aquisitivo da base da sociedade, mas os juros foram sendo progressivamente aumentados e esterilizaram a capacidade de dinamização da economia pela demanda que estes gastos poderiam representar. O principal vetor de dinamização da economia se viu travado.

Gerou-se uma economia de atravessadores financeiros. Prejudicam-se as famílias que precisam dos bens e serviços, e indiretamente as empresas efetivamente produtoras que têm os seus estoques parados. Perde-se boa parte do impacto de dinamização econômica das políticas redistributivas. O crédito consignado ajuda, mas atinge apenas 23,5% do crédito para consumo (DCI, 2014), e também se situa na faixa de 25 a 30% de juros, o que aparece como baixo apenas pelo nível exorbitante que atingem as outras formas de crédito.

Alguns exemplos ajudam a entender a dinâmica. O crediário cobra, por exemplo, 141,12% para 'artigos do lar' comprados a prazo (ver Tabela 1). Quem se enforca com este nível de juros e recorre ao cheque especial (mais de 300%) apenas se afunda na dívida acumulada, e se entra no rotativo do cartão, da ordem de 450%, acaba de amarrar o nó no pescoço. Note-se que os juros sobre o cheque especial e o rotativo no cartão não ultrapassam 20% ao ano nos países desenvolvidos. Tem-se, neste caso, grande parte da capacidade de compra dos novos consumidores drenada para intermediários financeiros, esterilizando a dinamização da economia pelo lado da demanda.

No caso da pessoa buscar o crédito no banco, o juro para pessoa física, em que pese o crédito consignado, que na faixa de 25 a 30% ainda é escorçante, mas utilizado em menos de um quarto dos créditos, é da ordem de 71,15% segundo a ANEFAC (2017). Na França os custos correspondentes se situam na faixa de 3,5% ao ano.

Como viu-se, as pessoas que, mais conscientes ou dispendo de mais recursos, e compram à vista no cartão, ignoram em geral que na modalidade 'crédito' de uma compra de 100 reais, 5% do que pagam vão para os bancos, e na modalidade 'débito' cerca de 2,5%. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) era de 0,38% e provocou uma avalanche de críticas. Na compra à vista, pagando com cartão na modalidade 'crédito', o banco desconta 5 reais sobre uma compra de 100 reais, quando o custo da operação (gestão dos cartões) mal chega a 10 centavos. Um custo benefício de 50 por 1. Com milhões de operações de pagamento à vista no cartão efetuadas todo dia, todas as atividades econômicas se tornam mais caras para o consumidor. É um dreno imenso sobre toda a economia (DOWBOR, 2017).

É preciso acrescentar aqui que muitos dos novos compradores a prazo têm pouca experiência de crédito. Uma pessoa sem formação na área pensará que um juro de 6% ao mês é três vezes maior do que um juro de 2% ao mês. Juros de 6% ao mês representam cerca de 100% ao ano, quando juros de 2% ao mês representam 26% ao ano. Três vezes 26 são 78%. O comprador vai fazer estes cálculos de cabeça?

Na realidade, é até estranho constatar que em todo o ciclo escolar, e inclusive nas universidades, a não ser na área especializada em economia financeira, ninguém nunca teve uma aula sobre como funciona o dinheiro, principal força estruturante da nossa sociedade. Não à toa Stiglitz obteve o seu Nobel de economia com trabalhos sobre assimetria de informação nos processos econômicos.

O resultado é que a população se endivida muito para comprar pouco no volume final. A prestação que cabe no bolso pesa no bolso durante muito tempo. O efeito demanda é travado. O brasileiro trabalha muito, mas os resultados são desviados das atividades produtivas para a chamada ciranda financeira, que não reinveste na economia real. Não se pode ter o bolo e comê-lo ao mesmo tempo. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado.

A verdade é que o Brasil tem no seu amplo mercado interno uma gigantesca oportunidade de expansão. A eficácia deste processo sobre o andamento geral da economia se evidenciou durante a fase de aumento de renda das famílias no governo Lula, mas também foi evidente no impressionante avanço da Europa no pós-guerra, e hoje na China. Em termos econômicos, é o que funciona. E o crédito tem de se colocar a serviço da dinamização do consumo de massa.

Na fase inicial da crise no Brasil, gerada em grande parte pelo próprio sistema financeiro, tornou-se moda repetir que esse estímulo à economia se esgotou, como se o pouco que a massa de pobres do país pôde avançar fosse um teto. Nada como dar uma volta em bairro popular, ou consultar as estatísticas no Data Popular que estuda o nível de consumo do andar de baixo para se dar conta da idiotice que o argumento representa. A massa da população tem muito nível quantitativo e qualitativo de consumo a atingir, tanto em termos de consumo ‘de bolso’ a partir da renda disponível, como do consumo coletivo com mais acesso à educação, saúde e outros bens públicos de acesso universal. João Sicsú resume bem a evolução do perfil de consumo: “O Brasil progrediu em termos de direitos econômicos, isto é, ampliação do emprego, desconcentração da renda, melhoria real dos salários, redução da pobreza extrema e democratização do consumo. É hora de radicalizar o projeto de desenvolvimento ofertando serviços públicos de qualidade nas áreas da saúde, educação, transportes e segurança social e de vida.” (SICSÚ, 2016).

## 4. A atividade empresarial

O travamento da demanda das famílias, da grande massa de consumo da população, tem efeito imediato nas iniciativas das empresas que veem acumular seus estoques de produtos não vendidos. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que por sua vez afeta o emprego. Impacto maior ainda resulta da redução dos investimentos empresariais. Se a demanda se reduz, por exemplo, em 5%, gerando uma insegurança quanto à perspectiva de produção, os investimentos novos caem muito mais, pois as empresas entram em compasso de espera e qualquer nova iniciativa é suspensa.

Os empresários efetivamente produtivos – contrariamente aos intermediários – trabalham em geral com margens relativamente pequenas. Um fogão pode ser comprado a prazo por 840 reais e à vista por 420 reais, já incluído o imposto de 40% e o lucro da loja, mas terá saído da fábrica a pouco mais de 200 reais. O resultado é que quem não tem dinheiro para pagar à vista vai pagar mais de 800 reais por um fogão de 200. O produtor aqui recebe pouco e terá dificuldades para expandir as atividades, pois o grosso do lucro vai para intermediários que, em vez de serem prestadores de bons serviços comerciais, transformam-se em financiadores, vendedores de crédito. São atividades bancárias não assumidas como tais. Na prática, trata-se de atravessadores financeiros.

As taxas de juros para pessoa jurídica são tão escandalosas quanto as para pessoa física, proporcionalmente. O estudo da ANEFAC (Tabela 4) apresenta uma taxa praticada média de 65,92% ao ano, sendo 31,37% para capital de giro, 37,67% para desconto de duplicatas, e 149,59% para conta garantida. Ninguém em sã consciência consegue desenvolver atividades produtivas, criar uma empresa, enfrentar o tempo de entrada no mercado e de equilíbrio de contas pagando este tipo de juros. Aqui, é o investimento privado que é diretamente atingido.

Tabela 4: Taxa de juros para pessoa jurídica (Outubro de 2017)

Linha de crédito	Setembro / 2017		Outubro / 2017		Variação %	Variação p.p. ao mês
	Taxa (mês)	Taxa (ano)	Taxa (mês)	Taxa (ano)		
Capital de giro	2,34%	31,99%	2,30%	31,37%	-1,71%	-0,04
Desconto de duplicatas	2,76%	38,64%	2,70%	37,67%	-2,17%	-0,06
Conta garantida	7,98%	151,26%	7,92%	149,59%	-0,75%	-0,06
Taxa média	4,36%	66,88%	4,31%	65,92%	-1,15%	-0,05

Fonte: ANEFAC (2017).

Existem linhas de crédito oficiais que compensam em parte apenas a apropriação dos resultados pelos intermediários financeiros. Mas o pequeno e médio empresário, em particular, vai buscar crédito na agência onde tem a sua conta, e a busca por formas subsidiadas de crédito oficial e direcionado não entra na sua esfera de decisão. Na zona Euro, o custo médio do crédito para pessoa jurídica é da ordem de 2 a 3% ao ano, diretamente acessível em qualquer banco. Ninguém consegue desenvolver atividades produtivas com taxas de juros como as que se pratica no Brasil, e as empresas acabam buscando o autofinanciamento, perdendo-se o imenso motor de dinamização da economia que é o crédito barato ao produtor.

Além da baixa demanda e do crédito caro, no caso brasileiro, um terceiro fator desestimula o produtor: ele tem a alternativa de aplicar no Tesouro Direto, que rende 7,5% para uma inflação de 3%, com liquidez total e risco zero. Durante a fase mais acelerada de recuo da economia, a taxa Selic era de 14% para uma inflação de 5%. Uma alternativa que permite ao empresário ver o seu dinheiro render sem precisar enfrentar os esforços e riscos das atividades produtivas (DOWBOR, 2017). Mesmo descontada a inflação, trata-se de excelente remuneração, que permeou grande parte do empresariado e ampliou a classe dos rentistas, dos que ganham sem precisar produzir, pois passam a ser remunerados pelos nossos impostos já que se trata do serviço da dívida pública. Este último mecanismo, pelo ônus que representa para o orçamento, trava o quarto motor da economia: o investimento público em infraestruturas e políticas sociais.

## 5. Os investimentos públicos

O quarto item da engrenagem: a taxa Selic que incide sobre a dívida pública. O mecanismo é simples. Em 1995, para compensar as perdas que os bancos sofreram ao se quebrar a hiperinflação, o governo criou um mecanismo de financiamento da dívida pública com taxas de juros elevadas. A minha poupança, por exemplo, está no banco, mas rende muito pouco. O banco, por sua vez, aplica este dinheiro em títulos da dívida pública que rendiam, na fase do governo de FHC, em média 25% a 30%, chegando a um máximo de 46%, já com inflação baixa. A justificativa era de se tranquilizar ‘os mercados’, ou seja, os grandes intermediários financeiros, nacionais ou internacionais. Ser ‘confiável’ para a finança internacional e as agências de classificação de risco tornou-se mais importante do que ser confiável para a população.

Para pagar esses intermediários, o governo precisou aumentar os impostos, e a carga tributária subiu de 5 pontos percentuais ainda nos anos 1990. Na fase atual, em 2017, com uma taxa de juros Selic de 7,5%, quando no resto do mundo é da ordem de 0,5% a 1,0%, o governo transfere uma grande parte dos impostos para os bancos. É uma taxa menor do que na fase FHC, mas incide sobre um estoque maior de dívida. O mecanismo é simples. Eu que sou poupador, de um bolso, coloco a minha poupança no banco que me remunera de maneira simbólica; e de outro bolso, tiro 7,5% para dar ao governo que os transfere para o banco. Em outros termos: eu pago ao banco através dos meus impostos, para que ele tenha o meu dinheiro.

Um segundo presente também assegurado ao que se chama educadamente de ‘mercado financeiro’ foi a isenção de impostos sobre lucros e dividendos, também aprovada no final de 1995. Ou seja, os rendimentos dos que aplicam o dinheiro deixavam de pagar impostos (SENADO, 2017).

O Brasil tem um PIB da ordem de R\$ 6,3 trilhões, o que significa que a cada vez que se drena 63 bilhões das atividades produtivas para a especulação, é 1% do PIB que se perde. Se o gasto com a dívida pública atinge 8,5% do PIB, como é o caso em 2015, são cerca de 500 bilhões de reais dos impostos transferidos essencialmente para os grupos financeiros. Com isso, se esteriliza parte muito significativa da capacidade de o governo financiar infraestruturas e políticas sociais (DOWBOR, 2017). Além disso, a Selic elevada desestimula o investimento produtivo nas empresas, pois é mais fácil ganhar com títulos da dívida pública. E para os bancos e outros intermediários é mais simples ganhar com a dívida do que fomentar a economia, buscando bons projetos produtivos, o que exigiria identificar clientes e projetos, analisar e seguir as linhas de crédito, ou seja, fazer a lição de casa, usar as nossas poupanças para fomentar a economia. Os fortes lucros extraídos da economia real pela intermediação financeira terminam contaminando o conjunto dos agentes econômicos. A Figura 1 me foi comunicada por Antônio Correia de Lacerda, e explicita bem de onde vem o ‘rombo’ (LACERDA, 2016).

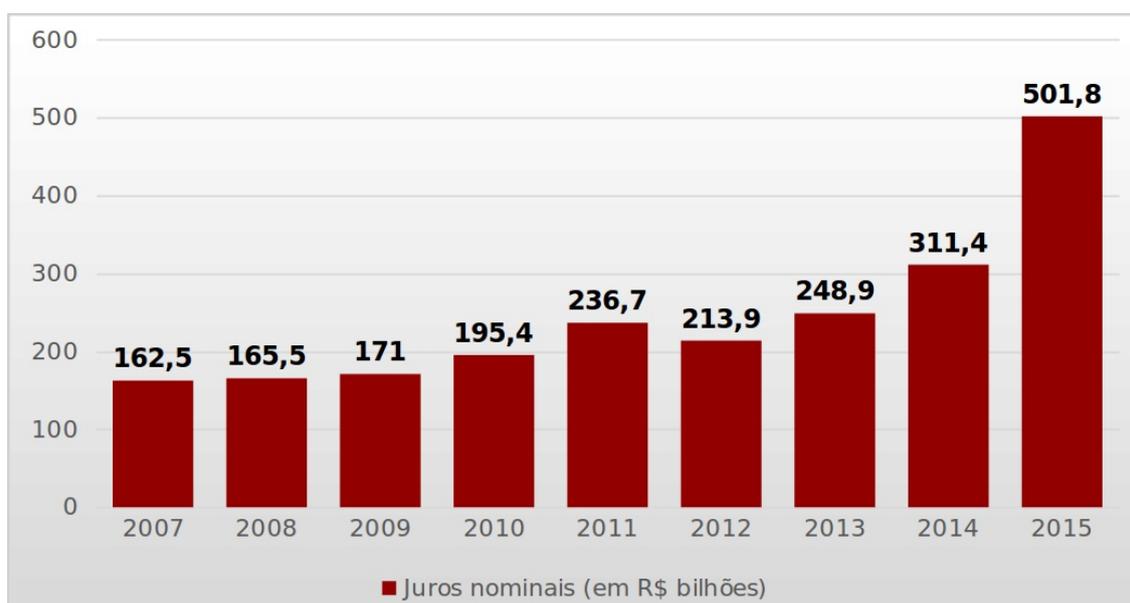


Figura 1: Despesa brasileira com juros (em R\$ bilhões) – total do setor público consolidado

Fonte: BCB / Elaboração e Prognóstico (p): Lacerda (2016).

O conto da dona de casa passado para a população era de que o governo tinha de se comportar como a boa dona de casa, que só gasta o que tem. Mas o governo não gastava mais do que tinha com políticas públicas, e sim com juros. O novo governo (Temer) passou a reduzir políticas públicas, ou seja, investimentos e políticas sociais, mas não a transferência de dinheiro para os bancos. A Emenda Constitucional n.º 95 (EC95) travou os gastos produtivos com políticas públicas, mas não os gastos com os juros da dívida. Assim, o golpe só reforçou a sangria.

Em termos de impacto econômico, os investimentos públicos são essenciais para dinamizar qualquer economia moderna. Os dois grandes eixos de dinamização na esfera pública são os investimentos em infraestruturas, como transportes, energia, telecomunicações e água e saneamento, e as políticas sociais, como saúde, educação, cultura, lazer, esportes, habitação, segurança e outras atividades que constituem essencialmente investimento nas pessoas e ampliação do consumo coletivo. Ao desviar uma grande parte dos recursos públicos de investimentos para remuneração aos intermediários financeiros e rentistas em geral, travou-se o quarto motor da economia.

Em termos políticos, este mecanismo perverso tornou-se explosivo, pois se inicialmente o sistema favorecia essencialmente os bancos, hoje, com a abertura de aplicações no Tesouro Direto para qualquer poupador, gerou-se uma massa de empresários e pessoas da classe média alta que se acostumaram a ver o seu dinheiro render a partir da elevada taxa Selic. Quando o governo Dilma tentou baixar os juros, que chegaram a 7,5% para uma inflação de 5% em 2013, a revolta foi geral, e iniciou-se uma articulação perversa entre crise financeira e crise política, uma aprofundando a outra.

É essencial entender que as pessoas de menor rendimento, os 95% do país, aplicam muito pouco em produtos financeiros, e mal conseguem fechar o mês, em particular pelo endividamento que as enforça. E esta população necessita vitalmente dos investimentos públicos, como saúde, educação, saneamento básico, habitação popular e outras iniciativas. Quando os recursos que serviriam ao financiamento destes setores são desviados para quem tem importantes aplicações financeiras, ou seja, para os segmentos mais ricos do país, gera-se um aprofundamento das desigualdades, invertendo todos os esforços de 12 anos de ampliação de políticas sociais e de demanda popular. O Brasil volta assim para uma economia ‘de base estreita’, e trava-se o objetivo histórico essencial de harmonizar o país pela elevação social das massas populares.

É importante mencionar que o mecanismo perverso criado no país se encontra em numerosos países, ainda que sob diversas formas. O denominador comum é o fato dos grandes grupos financeiros se apropriarem das políticas públicas por meio do inchaço da dívida pública. A sobrevivência do governo passa então a depender menos do seu empenho em assegurar políticas que favoreçam a população em geral, e mais de mostrar que é ‘confiável’ para o sistema nacional e mundial de especulação financeira.

São inúmeros os países que elegeram governos com programas progressistas e terminaram aplicando políticas de direita. E para a população, vende-se a ideia de que são as políticas sociais que geraram o déficit público e o travamento da economia. Quando se compara as poucas dezenas de bilhões de reais que representam o Bolsa Família, investimento nas pessoas, e os 500 bilhões transferidos para rentistas, que ganham sem produzir, o argumento se torna ridículo.

## 6. A articulação perversa

Está-se assistindo a uma paralisia do país em termos mais financeiros do que econômicos – pois nossa capacidade de produzir sobrevive – e cada vez mais em termos políticos pelo travamento sistêmico do país, traduzindo-se na impressionante queda do PIB e aumento do desemprego. O primeiro entrave, o das exportações, depende como exposto anteriormente da dinâmica internacional sobre a qual tem-se pouca influência. Mas para os outros três motores da economia pode-se arriscar ordens de grandeza bastante confiáveis. Aqui se trata de uma avaliação preliminar do tamanho do ‘rombo’ gerado pelos intermediários financeiros e rentistas. Ao tentar-se uma aproximação nos números se é confrontado com o fato que os diversos subsistemas estatísticos não constituem um universo coerente que se pode simplesmente agregar. Ainda assim, as ordens de grandeza são evidentes.

Segundo o informe do Banco Central de fevereiro de 2017, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro, incluindo recursos livres e direcionados, atingiu 3.074 bilhões reais, 48,7% do PIB. Sobre este estoque, incidem juros, cujo valor médio no mesmo período era de 32,8% ao ano (o equivalente na Europa é da ordem de 3% a 5%). Isto significa que a carga de juros pagos pelas pessoas físicas e jurídicas representa 999 bilhões, praticamente 1 trilhão de reais, cerca de 16% do PIB. Trata-se dos juros extraídos, não do volume de empréstimos. Uma massa de recursos deste porte transforma a economia (BCB, 2017). O Estado de São Paulo de 18 de dezembro de 2017 resumia a situação com imensa manchete dominical: ‘Crise de crédito tira R\$ 1 tri da economia e piora recessão’.

Isso se reflete no travamento da capacidade de compra das famílias, cujo estoque de dívida equivalia, em março de 2015, a 46,5% da sua renda. Quando se paga juros de 100%, é o estoque total da dívida que drena os recursos da família (BCB, 2017). Não se tem cifras correspondentes para o mundo empresarial. Seria muito importante poder apresentar o grau de endividamento, por exemplo, das pequenas e médias empresas nos diversos setores. Mas o gargalo é certamente poderoso. Ficam aqui travados o segundo e terceiro motor da economia, o consumo das famílias e a atividade empresarial.

Quanto ao quarto motor, o investimento público, os cerca de R\$ 400 bilhões desviados dos nossos impostos em 2016 representam 7% do PIB. O sistema constitui uma apropriação escandalosa de recursos públicos. Se os bancos e outros favorecidos pelo sistema investissem estes ganhos financeiros em atividades produtivas de bens e serviços, ter-se-ia sem dúvida um forte crescimento

econômico. Mas são recursos predominantemente reaplicados em produtos financeiros, na própria dívida pública ou outros produtos financeiros, e também colocados no exterior, ao abrigo do fisco.

Se somar os cerca de 15% do PIB, praticamente um trilhão de reais, desviados para remuneração de intermediários financeiros através da dívida das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, os 7% desviados através da dívida pública, e descontar-se vários segmentos de atividades que retornam ao circuito produtivo, importantes ainda que minoritários, não é exagero estimar que se está esterilizando em todo caso mais de 15% dos nossos recursos, aos desviá-los de atividades econômicas para rentismo improdutivo.

Assim, entende-se que os lucros declarados dos intermediários financeiros avancem tanto quando o PIB regride, aprofundando a crise atual. A Figura 2 apresenta uma ‘boca de jacaré’ característica do desvio dos recursos.

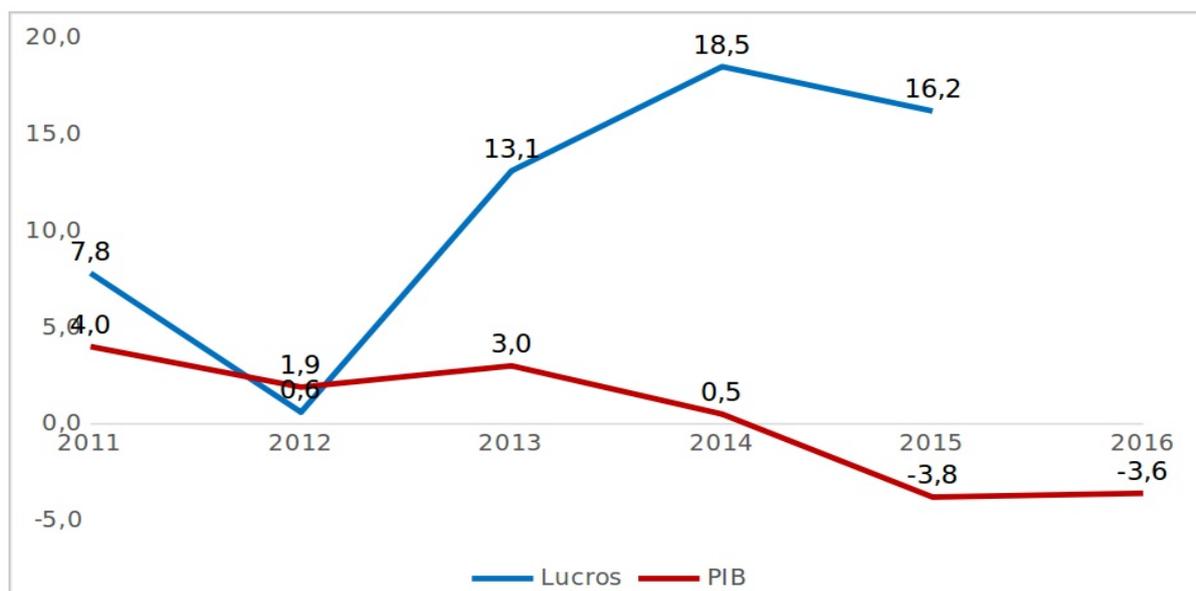


Figura 2: Lucros dos bancos e PIB (em %)

Trata-se da soma do lucro dos bancos Itaú, Bradesco, CEF, Banco do Brasil, Santander e HSBC. Os anos de 2011, 2014 e 2015 não incluem o lucro do HSBC. O balanço dos bancos em 2016 ainda não disponível no início de 2017

Fonte: DIEESE a partir dos balanços disponibilizados pelas instituições financeiras. Elaboração Marcos Antônio do Espírito Santo.

Não há país que possa funcionar dessa maneira. Quanto deste volume de recursos retorna para a economia os dados simplesmente não permitem avaliar. Estudos semelhantes sobre o desvio dos nossos recursos financeiros para ganhos especulativos nos Estados Unidos estimam que apenas 10% voltam para a economia real (EPSTEIN, 2016). Aqui grande parte desses ganhos se transformam em mais aplicações na dívida pública, e, portanto, dreno ainda maior sobre a economia real, mas também em recursos colocados em paraísos fiscais ou novos empréstimos usurários para a população. Estimei, de maneira conservadora, o dreno líquido como sendo de mais de 15% do PIB, e isto já é amplamente suficiente para travar a economia.

Não há elite que queira permitir que este tipo de apropriação do excedente através de mecanismos financeiros, gerando tanto lucro com tão pouco esforço, seja reduzido para níveis civilizados. Dizer que o travamento geral provocado se deve ao gasto com programas sociais por parte do governo é simplesmente ridículo. O que tem-se pela frente não é um ajuste fiscal, mas uma reforma do sistema financeiro de maneira geral. Em particular, os bancos precisam voltar a fazer a lição de casa, ou seja, identificar projetos e oportunidades de investimento produtivo, e fomentar a economia.

A questão essencial é que os intermediários financeiros não financiam, mas drenam. Essa lógica permite hoje entender como uma economia entra em recessão, ao mesmo tempo que o Banco Bradesco, durante o ano de 2014, aumentou os seus lucros em 25,9% e o Itaú em 30,2%, uma dinâmica em que quanto mais os bancos lucram, mais a economia estanca. Não ver a conexão é

cegueira. O fato que processos semelhantes estejam acontecendo em outros países apenas reforça a necessidade de se focar esta dinâmica. O imenso esforço de economistas das próprias instituições financeiras e da mídia de atribuir o travamento ao excesso de gastos públicos, representa uma enganação escandalosa. Os nordestinos, que sempre dão lição de bom humor, explicam o processo recorrendo ao ditado tradicional: ‘Papagaio come o milho, periquito leva a fama’.

## 7. A dimensão fiscal

É de se pensar sobre o que acontece com tantos ganhos que param nas mãos dos meios financeiros. A Tax Justice Network – TJN (HENRY, 2012) elaborou os dados mais confiáveis sobre evasão fiscal por meio de paraísos fiscais. Muito antes dos arquivos do Panamá, com as pressões do G20 e o impacto da crise de 2008, os números foram saindo. Como ordem de grandeza, os recursos aplicados em paraísos fiscais equivalem a algo entre 1/4 e 1/3 do PIB mundial (estoque acumulado de recursos, e não, obviamente, fluxo anual).

Assim, o Brasil não está isolado neste sistema planetário, nem é particularmente corrupto. Os dados para o Brasil, 519,5 bilhões de dólares em termos de capitais offshore, são de toda forma impressionantes: ocupa-se o quarto lugar no mundo. Estes recursos, que representam também algo como 26% do PIB em termos de estoque, deveriam pagar os impostos, que permitiriam ampliar investimentos públicos, e deveriam ser aplicados em fomento da economia onde foram gerados. Era o que foi previsto pelo artigo 192º da Constituição, até o artigo ser revogado na íntegra em uma PEC em 1999 e uma Emenda Constitucional em 2003. Em 2016, com grande estardalhaço, o governo conseguiu repatriar o equivalente de 46 bilhões de reais, sobre um estoque em paraísos da ordem de 1.700 bilhões de reais (HENRY, 2012).

Não é ilegal abrir uma conta em paraíso fiscal. Alimentá-la com evasão fiscal é ilegal. O sindicato Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ, 2017, p. 27) estima a evasão fiscal no Brasil em 9,1% do PIB e em 2016, cerca de 570 bilhões de reais: “Na hipótese ainda de se levar em conta apenas a média dos indicadores de sonegação dos tributos que têm maior relevância para a arrecadação (ICMS, Imposto de Renda e Contribuições Previdenciárias) poder-se-ia estimar um indicador de sonegação de 27,6% da arrecadação (o mesmo do indicador de sonegação para o VAT em países da América Latina que foi de 27,6%), que equivale a 9,1% do PIB, o que representaria o valor de R\$ 571,5 bilhões caso levado em conta o PIB para 2016. Tomando-se em consideração esse último indicador para a sonegação, poder-se-ia afirmar que se não houvesse evasão, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em quase 30% e ainda manter o mesmo nível de arrecadação. Esses R\$ 571,5 bilhões estimados de sonegação tributária são praticamente equivalentes a quase 90% de tudo que foi arrecadado pelos estados e municípios juntos, estimados em R\$ 638,0 bilhões.”

Um estudo particularmente interessante é da Global Financial Integrity, coordenado por Dev Kar, Brasil: fuga de capitais, fluxos ilícitos e as crises macroeconômicas, 1960-2012. Trata-se de uma sangria de recursos por evasão, estimada em cerca de US\$35 bilhões por ano entre 2010 e 2012, mais de 100 bilhões de reais/ano. São 2% do nosso PIB que se evaporam anualmente só nestas operações. São recursos que por sua vez irão alimentar em boa parte o estoque da ordem de 1,7 trilhões de reais em paraísos fiscais visto acima. Segundo o relatório, o governo deve fazer muito mais para combater tanto o subfaturamento de exportações como o superfaturamento de importações, adotando ativamente medidas dissuasivas adicionais em vez de punições retroativas (KAR, 2014).

Na realidade, os lucros realizados pelo sistema financeiro não só não são investidos na economia, como em grande parte sequer pagam impostos. Uma placa interessante surgiu nas manifestações pró-golpe na Avenida Paulista: ‘Evasão fiscal não é roubo’. Naturalmente, os que são afortunados e evadem o fisco acham também muito bom poder ter os filhos matriculados na USP, estudando com os recursos dos outros. A ética das elites costuma ser flexível.

“Convém destacar que a carga tributária é muito regressiva no Brasil, pois está concentrada em tributos indiretos e cumulativos que oneram mais os/as trabalhadores/as e os mais pobres, uma vez que mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, havendo baixa tributação sobre a renda e o patrimônio. Segundo informações extraídas da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008/2009 pelo Ipea, estima-se que 10% das famílias mais pobres do

Brasil destinam 32% da renda disponível para o pagamento de tributos, enquanto 10% das famílias mais ricas gastam 21% da renda em tributos.” (INESC, 2014, p. 6). Lembre-se ainda que os assalariados têm os seus rendimentos declarados na fonte, enquanto o mundo corporativo e das grandes fortunas tem à sua disposição a ajuda da própria máquina bancária com especialistas em evasão ou elisão fiscal, como se vê nos dados do HSBC publicados no início de 2015.

O descontrole é impressionante. Tem-se, portanto, o imenso estoque de recursos em paraísos fiscais, equivalente a 26% do PIB (estoque, não fluxo anual); um fluxo de evasão por meio de fraude em notas fiscais da ordem de 2% do PIB ao ano; uma evasão fiscal geral estimada aqui de forma conservadora em 9,1% do PIB (SINPROFAZ, 2017). Acrescente-se o fato que a própria incidência da tributação é profundamente deformada, centrada em impostos indiretos sobre o consumo com muita fragilidade de tributação sobre lucros e dividendos. Inexiste o imposto sobre a fortuna, é muito limitada a tributação sobre a herança, enquanto trabalhadores assalariados têm o seu imposto retido na fonte. A combinação desses elementos torna-se desastrosa para o funcionamento do sistema financeiro em geral, deformando radicalmente um ponto de referência chave para qualquer raciocínio econômico: a proporcionalidade entre quem enriquece e quanto, e a contribuição para o crescimento econômico.

Se acrescentar-se a baixa alíquota do imposto sobre a renda, a isenção de imposto sobre lucros e dividendos, a inexistência do imposto sobre a fortuna e o fato dos impostos indiretos representarem 56% da arrecadação, além do fato dos grandes devedores recorrerem de forma massiva à evasão fiscal, tem-se no conjunto uma situação que clama por mudanças.

Não há como evitar a constatação de que se está literalmente recompensando parasitas. Não se trata de deformações pontuais. Quando observa-se como os juízes aumentam os seus próprios já impressionantes salários, constatamos que se trata de uma cultura de organização de nichos de privilégios que torna solidários entre si bancos, deputados, desembargadores, gigantes da mídia e muitos grupos internacionais. Em nome, evidentemente, do bem-estar da nação, cujo desenvolvimento paralisaram.

## Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (ANEFAC). **Pesquisa de Juros**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/S3u4Xj>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Política monetária e operações de crédito do SFN**. 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P. As múltiplas faces da desigualdade. In: CAMPELLO, T. (org). **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasília: Flacso, 2017.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 316 p.

EPSTEIN, G.; MONTECINO, J. A. **Overcharged: the high cost of high finance**. New York: The Roosevelt Institute, 2016. 51 p.

HENRY, J. S. **The price of offshore revisited**. Tax Justice Network, 2012. Disponível em:

<<https://goo.gl/WOjJt>>. Acesso em: 16 de out. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional**. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/rUfD13>>. Acesso em: 22 de out. de 2017.

KAR, D. **Brasil: Fuga de Capitais, os Fluxos Ilícitos, e as Crises Macroeconômicas, 1960-2012**. Washington: Global Financial Integrity, 2014. 63 p.

LACERDA, A. C. **Políticas macroeconômicas para o desenvolvimento brasileiro**, 2016 - p. 15 - Seminário o Futuro do Desenvolvimento Brasileiro no BNDES, 2016

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une: um retrato da desigualdade brasileira**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. 99 p.

SENADO FEDERAL. **Imposto sobre lucros e dividendos geraria R\$ 43 bi ao ano, diz estudo**. Notícias do Senado, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/5FSsJK>>. Acesso em: 16 de out. de 2017.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Inadimplência desacelera em 2016 e fecha dezembro com 58,3 milhões de brasileiros negativados, mostram SPC Brasil e CNDL.** Notícias, 10 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/5E6CEw>>. Acesso em: 22 de set. de 2017.

SICSÚ, J. **O que é e o que produz o ajuste fiscal?** Carta Capital, 19 de maio de 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Agw3Wt>>. Acesso em: 29 de set. de 2017.

SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL (SINPROFAZ). **Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2016.** Brasília: SIMPROFAZ, 2017. 32 p.

ZANETI, H. **O Complô: como o sistema financeiro e seus agentes políticos sequestraram a economia brasileira.** Brasília: Verbena Editora, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics data visualizations dashboard.** 2017. Disponível em: <<http://www.who.int/gho/en/>>. Acesso em: 15 de out. de 2017.